

UFRJ/IEI  
TD352

043902-9

# TEXTO PARA DISCUSSÃO

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO  
Nº 352

SOCIAL LIBERALISMO: BÚSSOLA  
QUEBRADA DE  
FERNANDO HENRIQUE  
CARDOSO

JOSÉ LUÍS FIORI\*

NOVEMBRO DE 1995

Instituto de Economia Industrial  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL**

**SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO - Nº 352  
SOCIAL LIBERALISMO: BÚSSOLA QUEBRADA DE  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
NOVEMBRO DE 1995**

**JOSÉ LUÍS FIORI\***



43 - 016783

---

\* Doutor em Ciências Políticas pela Universidade do Estado de São Paulo e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\* Agradecimentos à colaboração do jornalista Luiz Cesar Faro

Reitor da UFRJ: Prof. Paulo Alcântara Gomes

Decano do CCJE: Prof. José Antônio Ortega

Diretor do Instituto de Economia: Prof. José Ricardo Tauile

Coordenador de publicações: Prof. David Kupfer

Supervisão: Gláucia Aguiar

Projeto gráfico: Gláucia Aguiar

Editoração: Jorge Amaro

Ana Lucia Ribeiro

Revisão: Beatriz Alentejano

Impressão: Célio de Almeida Mentor

Luiz Jorge de Araújo Góes

Olávio da Silva Inacio

<b>FEA - UFRJ</b>
<b>BIBLIOTECA</b>
Data: <u>05 / 12 / 195</u>
N.º Registro: <u>043502-9</u>

S  
UFRJ/IEI  
TD 352

MS 98962

---

FICHA CATALOGRÁFICA

FIORI, José Luís

Social liberalismo: bússola quebrada de Fernando Henrique Cardoso. --/José Luís Fiori. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995.

23 p; 21cm -- (Textos para Discussão. UFRJ/IEI; n° 352)

1. Brasil - Política Econômica, 1995. 2. Plano Real.  
I. Título. II. Série.

*En resumen, el episodio eufórico está protegido y sustentado por la voluntad de quienes que participan en él, con objeto de justificar las circunstancias que los están enriqueciendo. Y está asimismo protegido por la voluntad de ignorar, exorcizar o corderar a aquellos que expresan sus dudas*

*JOHN KENNETH GALBRAITH*

*A short history of financial euphoria*

1. John Galbraith publicou em 1990 um pequeno livro, extremamente interessante, sobre a forma invariável que assumem a euforia e o pânico nos ciclos de especulação financeira que se sucedem na história do capitalismo, desde 1630, na Holanda, quando o surpreendente objeto da valorização foi nada mais nada menos do que uma flor, a tulipa. Durante quase uma década os holandeses acreditaram que o preço das tulipas não pararia jamais de crescer. E de fato, antes de chegar a hora da catástrofe, com a súbita e sempre inexplicada queda dos preços que leva os investidores ao pânico e as economias às longas depressões, uma tulipa chegou a valer em Amsterdam o “mesmo que uma carruagem nova”. Analisando aquele episódio de compra e venda de tulipas, Galbraith desvela as principais características que acompanharão, a partir de então, todas as demais euforias e crises financeiras, até a da bolsa de valores de New York, em 1987 ou, agregaríamos nós, a do México de 1994. Em todos os casos o sucesso da escalada especulativa escudou-se na criação de uma dívida garantida por algum tipo de “âncora” na qual um número crescente de pessoas acredita durante algum tempo, exista ela ou não na forma de bens tangíveis. Crença massiva que atribuiu, invariavelmente, à genialidade de alguns jovens financistas, a capacidade de criar riqueza e felicidade massivas e duradouras. Na hora do sucesso a euforia autoprotegeu-se, sempre, acusando os críticos de catastrofistas. Na hora da crise e do pânico,

entretanto, todos esquecem as advertências e correm desesperadamente para desfazer-se do seu "produto mágico". Nessa hora os gênios desaparecem e busca-se algum responsável que encubra o "equivoco" dos mercados. Em certas culturas alguns se suicidam, mas em geral os principais responsáveis apostam sua sobrevivência no esquecimento que cerca invariavelmente as grandes catástrofes financeiras.

A grande novidade do plano de estabilização brasileiro que elegeu Fernando Henrique Cardoso, portanto, não esteve na genialidade de seus jovens formuladores que inventaram e entregaram ao público um bilhete cuja sobrevalorização interna assentava-se na capacidade do governo de convencer os aplicadores externos de que valor desse bilhete seguiria ascendente, ou pelo menos estável. É perfeitamente compreensível, nesse como em todos os demais casos históricos, a euforia que provocou nas grandes massas o fato de disporem de um papel que supunham que valeria cada vez mais, o Real. Afinal, como num passe de mágica, o povo ficou mais rico, a classe média foi ao paraíso do consumo, e aos homens do business foi garantido o negócio das privatizações ao lado da manutenção de seus extraordinários ganhos financeiros. A grande novidade, entretanto, desse novo caso foi o uso intencional de uma euforia financeira induzida para a obtenção de um resultado político-eleitoral, a vitória de FHC no primeiro turno das eleições presidenciais de outubro de 1994. Mas como em todos os demais casos analisados por Galbraith, também nesse, apesar de sua aparente originalidade, uma decisão repentina, em algum ponto do mercado (nesse caso o México), desarmou a âncora em que se sustentou o sucesso financeiro e eleitoral que fez tantos consumidores felizes, durante alguns meses - e a direita política brasileira por muito mais tempo ainda. Ao completar os seus primeiros cem dias, o governo de FHC enfrenta, como consequência, um fenômeno de desencanto coletivo gerado pela desvalorização do seu "bônus da felicidade". Como sempre, a partir desse momento, os investidores e as pessoas comuns passam a comportar-se na ex-

pectativa de que o processo de desvalorização seguirá, no que tem carradas de razão.

Mas nesse caso a questão que se coloca como consequência é algo mais grave do que a da simples perda de dinheiro por parte da massa dos crédulos. Por haver se tratado de um fenômeno casado, político e financeiro a um só tempo, suas consequências para o futuro do governo FHC serão muito mais complicadas. E isso porque, junto com o fracasso financeiro desta ousadíssima invenção política, entra simultaneamente em crise, ou fica sob suspeita, toda a estratégia do seu governo. Seja o seu curto prazo econômico, e perfeitamente ortodoxo com relação aos programas de "ajuste estrutural" em curso na América Latina até o momento em que explicitou-se o segredo mágico do "sucesso" mexicano; seja o seu longo prazo sócio-liberal, inspirado na experiência espanhola e transformado - até a desastrosa entropia do governo Gonzales - na contribuição original dos intelectuais modernizantes do PSDB à coalisão de centro-direita que FHC trouxe consigo para o governo, nas asas de um episódio passageiro e indutor de euforia financeira, o seu plano Real. Mas vejamos esta história por partes.

2. Entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1993, muito antes do México tornar-se o pesadelo dos analistas de risco financeiro e explicitar a crise que assume hoje características caleidoscópicas e globais, o Institute for International Economics, destacado *think thanks* de Washington, tendo à frente Fred Bergsten, reuniu cerca de 100 especialistas em torno do documento escrito por John Williamson (in: Search of a Manual for Technopols), num seminário internacional cujo tema foi "*The Political Economy of Policy Reform*". Durante dois dias de debate, executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos, discutiram com representantes de 11 países da Ásia, África e América Latina, "as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um *technopol* a obter o apoio político que lhe permitisse levar a

cabo com sucesso" o programa de estabilização e reforma econômica que o próprio Williamson, alguns anos antes, havia chamado de *Washington Consensus*.

A ilustrativa figura de linguagem, hoje de domínio público internacional, refere-se a um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo FMI e pelo BIRD em mais de 60 países de todo mundo, que configurava uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais. Em alguns casos operadas, como em boa parte da África - começando pela Somália, no início dos anos 80 - essa estratégia era operada diretamente pelos próprios técnicos daquelas agências. Em outros, como por exemplo na Bolívia, Polônia e mesmo na Rússia até bem pouco tempo atrás, com a ajuda de economistas universitários norte-americanos. Finalmente, em países com corpos burocráticos mais estruturados, pelo que Williamson apelidou de *technopols*, ou seja, economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu *mainstream* (evidentemente neo-clássico e ortodoxo) a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda do *consensus*, como é ou foi o caso, por exemplo, de Aspe, Salinas e Zedillo, no México; de Cavallo, na Argentina; de Yegor Gaidar, na Rússia; de Lee Teng-hui, em Taiwan; Manmohan Singh, na Índia; ou mesmo Turgut Ozal, na Turquia; e, a despeito de tudo, Zélia e Kandir, seguidos de Malan, Arida, Bacha e Franco, no Brasil.

3. O novo colonialismo, como definiria, posteriormente, a insuspeita revista Newsweek (edição de 1ª de agosto de 1994), estaria assentado num programa ou estratégia seqüencial em três fases: a primeira, consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário, envolvendo, invariavelmente, a revisão das relações fiscais intergovernamentais e reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de **reformas estruturais**, ou seja, a liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização de

empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

Percorrendo a roda do tempo, é importante resgatar que vem dos anos 80, após reiterado insucesso das políticas monetaristas de estabilização, a introdução do **fator-credibilidade** nos debates econômicos como variável crucial para o sucesso no combate anti-inflacionário. Sua consequência direta foi a canonização de uma heterodoxia, a da re-regulação do câmbio ou dolarização. Seguindo o fio da meada, logo mais à frente, já nos anos 90, as novas avaliações pessimistas, tanto do FMI quanto do BIRD, puseram em destaque a importância decisiva do fator político no sucesso ou fracasso do seu programa econômico. Essa nova preocupação dos intelectuais ou gestores do Consenso de Washington é que explica, não só a realização do Seminário de Bergsten e Williamson, elevado à categoria de **pedra fundamental da questão**, mas a presença nele de dois cientistas políticos, Joan Nelson e Stephan Haggard, responsáveis por um dos mais abrangentes estudos comparativos já feitos sobre esse assunto nos Estados Unidos.

4. No seu documento introdutório, Williamson resume as perguntas e hipóteses centrais relativas às dificuldades próprias de cada uma das etapas do plano e sobre as respostas alternativas encontradas pelos diferentes países. Assim como reconhece os perversos efeitos sociais e econômicos das medidas de austeridade e liberalização sobre as economias e populações nacionais, o autor também entende a lógica através da qual fica difícil eleger e sustentar um governo minimamente estável nessas circunstâncias. Partindo dessas premissas, sugere várias táticas ou artifícios políticos que são capazes de fazer os eleitores aceitarem os desastres sociais provocados em todo lugar pelo programa neo-liberal como sendo transitórios ou necessários em nome de um bem maior e de longo prazo. São listadas, como condições mais favoráveis, as situações em que o programa consegue ser

aplicado depois de alguma grande catástrofe (guerra ou hiperinflação) capaz de minar toda e qualquer resistência; quando os *technopols* conseguem defrontar-se com uma oposição desacreditada ou desorganizada; ou quando, além disto, eles dispõem de uma liderança forte capaz de “insularizá-los” com relação às demandas sociais. Todas estas condições, entretanto, não dispensaram, nas diversas situações conhecidas, a formação prévia de uma coalizão de poder suficientemente forte para aproveitar as circunstâncias favoráveis e assumir, por um longo período de tempo, o controle de governos sustentados por sólidas maiorias parlamentares; estas sim, consideradas indispensáveis para transmitir “credibilidade” aos atores que realmente interessam para definição do enredo: os analistas de risco das grandes empresas de consultoria financeira, responsáveis, em última instância, pela direção em que se movem os capitais globalizados.

5. Do seu nascedouro para cá, poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, é hereditário da grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington. Sua indiscutível relação genética se manifesta, não apenas por ter sido formulado por um grupo paradigmático de *technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo - ajuste fiscal, reforma monetária, liberalização comercial e financeira, desestatização, abertura econômica e retomada do crescimento - estar associada, umbilicalmente, a uma ambiência de condições de poder inalterada por um período prolongado de tempo. Por isso, já afirmáramos, aliás, por ocasião do lançamento do programa de estabilização, que o Plano Real não teria sido concebido para eleger FHC, mas, na ordem inversa, a candidatura FHC é que teria sido gestada pelas novas elites dominantes para viabilizar, no Brasil, a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização hegemônico.

Eleito FHC e tornando-se cada vez mais transparente a vigorosa composição de forças conservadoras de sua aliança política - transparência esta que parece incomodá-lo crescentemente, tendo em vista suas irritadas declarações em relação aos comentários quanto a sua opção neo-liberal-, continua surpreendendo a confusão recorrente entre os intelectuais que criticam ou justificam emocional ou ideologicamente as suas atuais preferências políticas. Um erro, aliás, que não cometeria o FHC professor, lógico e realista, se não estivesse impedido de recorrer a si mesmo e ao que ainda melhor explica sua *rationalia* política: os seus próprios ensaios sobre o empresariado industrial e a natureza associada e dependente do capitalismo brasileiro, datado dos anos 60. Eles permitem entender e acompanhar de forma perfeitamente racional o caminho lógico que levou FHC à sua posição no xadrez político-ideológico brasileiro, não obstante contenham, ao mesmo tempo, o libelo mais duro, veemente e essencial contra sua própria opção.

6. De uma forma resumida, o trabalho acadêmico de FHC pode ser todo ele definido como uma busca incansável de **nexos científicos** entre os interesses e objetivos desenhados pelas situações **histórico-estruturais** e os caminhos possíveis que vão sendo construídos politicamente pelos grupos sociais e suas coalizões de poder nas sociedades concretas. Com esta perspectiva, FHC foi um dos pioneiros a investigar e concluir, de maneira implacável, já em 1963, que a “burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional-populista lhe atribua” e por isto havia optado pela ordem, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfazendo-se com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental. Esta constatação de FHC, lhe permitiu redescobrir, muito cedo, no empresariado brasileiro, uma condição universal do capitalismo: a de que ele pode estar associado, indiferentemente, segundo as circunstâncias, a um discurso ideológico protecionista ou livre-cambista, estatista ou anti-estatista, obede-

cendo apenas ao interesse maior da liberdade de movimento do capital e dos desdobramentos geo-econômicos e políticos de sua continuada internacionalização.

Essa descoberta foi responsável direta pelo seu passo seguinte e mais original: para FHC, se a condição periférica do capitalismo se definia por ausência de moeda conversível e capacidade endógena de progresso tecnológico, a sua “condição dependente” se definia pela forma peculiar de associação econômica e política do empresariado nacional com os capitais internacionais e o Estado, o “tripé” de sustentação econômica da fase de **internacionalização do mercado interno** - em que as empresas multinacionais assumiram a liderança em quase todos os setores de ponta, responsabilizando-se por cerca de 40% do produto industrial - e de um tipo de **industrialização associada** tão viável quanto inevitável do ponto de vista da **burguesia industrial brasileira**.

7. Não seria difícil estender e atualizar corretamente essa análise de FHC à nova **situação estrutural**, definida por uma internacionalização mais avançada ou globalizada do capitalismo, associada ao aumento de nossa **sensibilidade** interna às mudanças da economia mundial, sobretudo porque a nova realidade ultrapassa, mas não invalida o que de essencial FHC escreveu nos anos 60 e 70. Nesse ponto, FHC, apesar de exibir em artigo recente (Reforma e Imaginações, *FSP*, 10 de julho de 1994) um exuberante materialismo e um determinismo histórico elevado ao cubo, mostra-se incapaz de compreender a nova realidade quando afirma que “continua crendo que a globalização da economia existe como conseqüência de uma nova forma - até tecnológica - de produzir”. Sua compreensão concreta dos fatos, entretanto, ignora, surpreendentemente, uma dimensão política e de poder, tanto no processo de globalização, quanto na sustentação ou convencimento sobre a irrefutabilidade de uma nova ordem. Critica como “regressiva” ou de “idéias destituídas de curso prático” qualquer resistência conceitual à modelagem dominante. Fulmina como “artificialismo ou estereótipos

conspiratórios” a hipótese de haver uma conexão política em torno do chamado **novo colonialismo**. Condiciona, literalmente, as condições de governabilidade, tendo em vista o “imperativo da reforma do Estado” e o alcance de uma “social-democracia capaz de reduzir as desigualdades em uma sociedade de massas”, à adoção da política realista e possível de estabilização uniformizadora. Finalmente, nega-se a admitir a sua óbvia flutuação à direita, procurando racionalizar, especialmente, o núcleo mais duro de sua coalizão, o Partido da Frente Liberal (PFL), herdeiro principal do espólio do regime militar, que, ao seu ver, teria se libertado de um passado em extinção e não mais seria o representante-mor do clientelismo tradicional.

8. A questão central é que, ao contrário do que FHC pensa, a globalização da economia não existe apenas como conseqüência de uma nova forma (até tecnológica) de produzir. A globalização, apesar de ser um neologismo muito pouco preciso, aponta para um processo de transformações cujas origens e conseqüências são muito mais complexas por causa de suas múltiplas dimensões não-econômicas. Na verdade, trata-se mais de um desafio do que de uma solução, na medida em que se constitui em um intrincado processo de decisões privadas e públicas tomadas na forma de sucessivos e inacabados desafios e ajustes. Neste sentido, a globalização vem se mostrando, cada vez mais e ao mesmo tempo, uma realidade política, cultural e econômica que nasceu às costas dos produtores e governos. Mas é também o resultado de decisões políticas e econômicas tomadas, de forma cada vez mais concentradas, por alguns oligopólios e bancos globais e alguns poucos governos nacionais. Em síntese, não se trata apenas de um processo de inovação tecnológica, de evolução competitiva dos mercados, mas, parece que os liberais, por razões óbvias, e alguns dos antigos estruturalistas e esquerdistas traumatizados, por isso mesmo ofuscados, têm enorme dificuldade em assimilar a importância do fator político na origem e trajetória inacabada deste processo de mutação do capitalismo.



9. Por isso, acreditamos, ao contrário do que pensa a maioria, que FHC está correto quando diz que em momento algum renega ou "abre mão da sua análise sociológica". O que ele na verdade fez foi uma nova opção ético-política quando abandonou o seu idealismo reformista para acompanhar a posição do seu velho objeto de estudo, o empresário brasileiro, assumindo, simultaneamente, como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais. Depois de duas décadas de vida política, FHC abdica dos "nexos científicos" da história brasileira para propor-se como "*condotieri da sua burguesia industrial*", capaz de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócio-menor e dependente do mesmo capitalismo associado, agora renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira.

Não é de todo improvável, contudo, que o sofrido abandono de suas posições idealistas e reformistas anteriores - sofrimento este, expresso em seu freqüente incômodo com a pecha neo-liberal ou irritação quando da abordagem do tema - tenha menos um significado direitista do que uma até então inimaginável ingenuidade, produtora de um ainda mais inimaginável equívoco de avaliação do processo ou mesmo do conteúdo ideológico, transformador e programático do que foi sempre o grande modelo orientador da sua trajetória política: a social democracia de Felipe Gonzalez. FHC talvez acreditasse na "combinação infalível" da sua capacidade de prestidigitação política com a convicção materialista da inevitabilidade histórica, emuladora da auto-suficiência que permitiria não passar pelas etapas de nivelção ao México ou Argentina, antes de chegar à Espanha. Nesse sentido, para exercitar uma reflexão sobre o futuro de FHC é tão ou mais importante conhecer a trajetória da **social democracia real** espanhola quanto os acontecimentos recentes do México. Aqui, mais uma vez, tudo indica que FHC se equivoca tanto em sua visão idealizada do que foi e continua sendo a Espanha, quanto sua surpreendida e confusa reação frente ao quadro mexicano.

10. Hoje, passados mais de 12 anos da decantada experiência de *pactación social* sob a batuta do "socialista" Felipe Gonzalez, pode-se afirmar com razoável grau de certeza que, do ponto de vista de suas políticas e conseqüências, o "social-liberalismo real" emblemático da Espanha é indistinguível do neo-liberalismo emblemático da Grã-Bretanha de Thatcher. O saldo da social democracia espanhola é de partir corações. Se tomarmos Moncloa como referência, o pseudo **milagre econômico** espanhol se resume, em termos cronológicos, à soma de 12 anos de recessão (1977-85) e quatro (1986-90) de crescimento. Ou oito e quatro anos, respectivamente, na era Gonzalez, que teve três ministros da economia com um objetivo comum e hierarquizador de todos os demais: a redução da inflação, ficando a questão da retomada do crescimento delegada quase exclusivamente ao dinamismo do mercado e dos capitais privados nacionais e internacionais. Assim, entre 1982 e 1986, a ortodoxia dominante apontava para desvalorização cambial, altas taxas de juros, arrocho salarial e austeridade fiscal e monetária. E tudo foi feito de forma tão rigorosa que a recessão prolongou-se até 1985, quando a inflação cedia lentamente depois de alcançar a casa de um dígito.

A entrada da Espanha, em 1986, no Mercado Comum, e, em 1989, no Sistema Monetário Europeu, reorientou a estratégia político-econômica de Gonzalez em direção à nova ortodoxia global: abertura e desregulação da economia, medidas que, em combinação com a política de juros altos, já agora destinados a manter o valor da peseta, provocaram uma sobrevalorização cambial responsável pelo crescente déficit comercial espanhol, financiado com a importação de capitais de curto e longo prazo atraídos pelos juros extremamente elevados com relação à média da Comunidade Econômica Européia (CEE). Este quadro de desequilíbrio externo piorou ainda mais com a entrada da Espanha no Sistema Monetário Europeu (SME), o equivalente de nossa dolarização. E, como efeito das decisões tomadas pela CEE, em Maastrich, a Espanha adota, em 1992, um Plano de

Convergência que acrescenta à meta de desinflação, nunca alcançada de forma satisfatória, as novas teses ortodoxas: reformas estruturais do mercado de trabalho e da seguridade social, somadas à desregulação, liberalização e redução do setor público.

Mas, no momento em que a Espanha "reajustava" sua ortodoxia pela terceira vez, sua economia já presenciava a crise atual, uma das mais profundas recessões da história espanhola, obrigando Gonzalez, como é sabido, em 1993, a abandonar temporariamente o SME, desvalorizando a sua moeda em 36,4% em três meses. Alguns, entretanto, consideram que a medida chegou tarde e só teve efeitos superficiais. Em 1994, a dívida pública, que vinha crescendo apesar da austeridade fiscal, deverá ultrapassar a casa dos 60% do PIB, prevendo-se um déficit público no mesmo ano. E diante dos mesmos problemas que se põe e repõe desde 1982, a solução proposta por Gonzalez são nossas conhecidas reformas estruturais do mercado de trabalho e da seguridade social, aliadas àquelas mais radicais de desregulação, liberalização e diminuição do setor público, além do rigor fiscal e monetário e do arrocho salarial, que se mantém quase invariavelmente desde 1982.

11. E o que nos ensinou o crescimento econômico acelerado vivido pela Espanha entre 1986 e 1990? Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que ele foi obra sobretudo do "efeito-entrada" no Mercado Comum Europeu e da conseqüente explosão do investimento externo. Entre 1986 e 1990, entraram na Espanha 10 bilhões de pesetas, dez vezes mais do que no quinquênio anterior, sendo que 30% desse total foi aplicado na compra de empresas locais; 58% em investimentos de carteira de ações, obrigações e dívida pública em bolsa; e o restante foi destinado, basicamente, à compra de imóveis. São dados que refletem o caráter especulativo que assumiu e manteve boa parte desse fluxo de capitais.

Esse processo revalorizou os ativos reais e financeiros, aumentou a riqueza pessoal dos seus detentores e multiplicou o preço das habitações urbanas, mas pouco alimentou as atividades capazes de gerar um progresso econômico duradouro e estável. E isso, em grande medida, porque o social-liberalismo de Gonzalez rejeitou terminantemente qualquer política industrial. Aliás, nesse período foi o país europeu que, depois de Luxemburgo, menos gastou em formação de recursos humanos (algo em torno de 0,08% do seu PIB) ao mesmo tempo que seu investimento em P&D não ultrapassava a média de 0,68% do PIB, taxa só mais alta que a de Portugal. De tal maneira, pode-se afirmar que foi de fato o mercado que promoveu a mudança estrutural na economia, mas num sentido oposto ao que anunciara o sócio-liberalismo teórico e ao que alardeou o marketing da reestruturação industrial.

Os números mostram que a Espanha deixou de ser uma economia industrial: durante esse período, e, aceleradamente nos anos 80/90, a participação industrial no PIB espanhol caiu de 32,9% para 24,2%, empregando apenas 27% da PEA (população economicamente ativa) enquanto a participação dos serviços cresceu de 47% para 63%, empregando, hoje, cerca de 60% daquela população. E a indústria que restou divide-se, como em experiências análogas e posteriores, entre pequenas e médias empresas, responsáveis por cerca de 90% do produto industrial, e um núcleo dinâmico de multinacionais, responsáveis pela maior parte das exportações. Segundo os dados publicados pelo *The Economist*, em outubro de 1994, a Espanha foi o país da OCDE que mais vendeu empresas a estrangeiros no período 89-93, pois, conforme a economia foi se abrindo, os capitais espanhóis migraram para o setor dos serviços. Essas mudanças deram maior competitividade internacional à economia espanhola? Aparentemente não, pois, segundo o *World Economic Forum*, a Espanha situa-se hoje entre as nações menos competitivas da OCDE. Na verdade, o mínimo que se pode dizer da obra do governo Gonzalez, com relação à questão da reestrutura-

ção produtiva e da competitividade, é que "a economia espanhola teve uma transformação industrial inacabada, que tem sido desincentivada pelo esquema de estímulos econômicos, que potencializaram a busca de rendas mais rápidas e cômodas no mercado protegido de serviços ou na especulação com o patrimônio, em detrimento da produção para os arriscados e competitivos mercados industriais do mundo (C.M. Ciudad, "El País", 1991).

O problema que os sócio-liberais não conseguem ver, nem enfrentar, é que exatamente esse esquema que vem provocando a desindustrialização da Espanha, sem a conquista de uma maior competitividade, é parte essencial da estratégia adotada pelo governo Gonzalez, como também é parte sub-entendida na lógica expansiva do plano de FHC. Já não há muito segredo nesse círculo vicioso. Mas a Espanha foi pioneira e continua prisioneira, há mais de uma década, dessa "armadilha ortodoxa". O que o social-liberalismo espanhol deixa como ensinamento aos "tucanos brasileiros" (leia-se social democratas) é que, nessa estratégia, a desinflação não chega jamais aos patamares capazes de deter a desindustrialização e a desnacionalização. E que o duplo ajuste microeconômico, com "racionalização" do trabalho, ocorrido nos primeiros anos das décadas de 80 e 90, foi incapaz de dar maior competitividade internacional a uma economia bloqueada pelas altas taxas de juros e pela sobrevalorização cambial.

12. Pois bem, se esse foi o resultado econômico do "sócio-liberalismo real", o que se pode dizer de sua face social? Também aqui os dados são eloqüentes. Em 12 anos de *felipismo*, o gasto social do governo subiu de 19,42% para 21,37% do PIB, um aumento reduzidíssimo e que mantém a Espanha entre as piores posições da OCDE. Com relação à sua distribuição de renda, os 10% das famílias mais pobres subiram seu quinhão, que era de 2,41%, em 1980, para 2,85%, em 1992, e os 10% de mais alta renda baixaram, no mesmo período, de 29,23% para 28,01%. Em

compensação, a participação salarial no PIB caiu de 51,2%, em 1980, para 46,1%, em 1991, e a taxa de desemprego, que girava em torno dos 6% no início do primeiro governo Gonzalez, hoje atinge a cifra astronômica de 24% da PEA adulta, chegando a inimagináveis 37,9% entre os jovens com menos de 25 anos de idade. Sendo que, com relação aos mais velhos, entre 30 e 54 anos, 800 mil dos 3,4 milhões de desocupados nessa faixa de idade permanecem analfabetos ou possuem escassa formação, o que lhes dá pouquíssima possibilidade de ocupar os empregos oferecidos no setor "reestruturado" da economia. Para completar o retrato social do "milagre espanhol", haveria que lembrar que, a partir de 1992, o Plano Econômico de Convergência, desenhado com vistas ao cumprimento dos acordos de Maastrich, colocou no primeiro plano do debate político espanhol a *desuniversalização* da seguridade social. Nova situação que fez um alto membro do POSOE afirmar, recentemente, que a "Espanha começou a volta sem nunca ter ido".

13. Esse extenso périplo pela trajetória do *social-liberalismo real* serve para demonstrar que o embrião do atual padrão hegemônico vem de longe e já vestiu muitas roupagens, assim como para evidenciar que do ponto de vista de sua estratégia pessoal de poder, FHC tem se mostrado um discípulo aplicado e rigoroso de Gonzalez. Antecipou-se apenas num ponto: desde o início, não obstante o seu talento prestidigitador, está aliado com a direita, o que tem levado a um dos cardeais do conservadorismo brasileiro (senador baiano e líder incontestado do PFL, Antônio Carlos Magalhães) e um dos principais "pilares" da sua coalizão, a repetir com prazer sarcástico junto ao coro das Penélopes de FHC, que elas choram por alguém que nunca existiu, ou seja, "por trás do brilhante sociólogo marxista - afirma Antônio Carlos Magalhães - sempre existiu um homem elitista e de direita". FHC queria chegar direto ao estágio da idealizada e charmosa elite de *technopols* socialistas comandada por Gonzalez sem passar pela experiência cucaracha mexicana, sublimando o

fato de que, à exceção da pompa, na essência a receita era a mesma.

14. Mas as irresistíveis emanções de Washington e a necessária etapa de angariamento da confiabilidade internacional, parte fundamental de sua estratégia de poder, exigia que se tecessem loas à glória de Salinas de Gortari. Assim, nos pronunciamentos centrais da sua trajetória, a exemplo do discurso de despedida do Senado Federal, o México e, em menor escala, a Argentina eram elevados à condição da alternativa de sucesso possível. Afinal, o México tinha levado ao paroxismo todo o receituário da "credibilidade", estava irmanado no bloco norte-americano e tinha um governo de partido único há mais de 60 anos, tornando-se a menina dos olhos de 10 entre 10 analistas de risco dos países "emergentes".

O que a comunidade *technopol* avaliava, no entanto, era um castelo de cartas construído sobre base móvel. O colapso mexicano corresponde a uma crônica de morte anunciada, na qual as mesmas variáveis consagradas como razão do sucesso do programa de estabilização - total desregulação financeira, sobrevalorização cambial controlada (regime de banda curta), abertura comercial absoluta e um déficit em conta corrente externa (8,5% do PIB) elevado conforme recomenda receituário da nova ordem globalizante - são crucificadas como *causa mortis*. Na realidade, o México já agonizava social e politicamente - Chiapas não é produto do nada - no pique da chamada bolha de prosperidade ou visita da saúde efemeramente proporcionadas pelo modelo de estabilização dominante. Estatísticas e realidade estavam de costas uma para outra. A debacle era uma questão de tempo. Mas, nem os intelectuais do Consenso de Washington, nem os nossos sociais liberais pragmáticos foram capazes de reconhecê-lo em tempo.

15. Agora, já há retorno, o ponto final no sonho mexicano condicionará daqui para o futuro, inevitavelmente, o andamento não só no curto, mas também no médio e longo

prazos de todos os programas de ajustamento, incluindo o brasileiro. Isso, a despeito do esforço até mesmo compreensível dos formadores de opinião em tentar convencer os analistas de risco de que, apesar dos seus programas de estabilização serem xifópagos, seus países são diferentes: o México não é o Brasil, assim como Brasil não é a Espanha, e a Espanha não é o México, e vice-versa. No centro nervoso e decisório do *consensus*, a orientação é no sentido de precipitação dos ajustes. O recuo sim, agora seria o verdadeiro desastre. Nesse sentido, chega a ser comovente o empenho de Candessus ao afirmar que não há saída a não ser "avançar ou avançar". No Brasil, FHC e seus *technopols* já não querem mais ser o México ou a Espanha, mas sinalizam que compreenderam o recado de Candessus e, aparentemente, seguem em manada na direção do encurtamento do prazo para realização das "reformas estruturais". O que no México foi feito em 13 anos, no Brasil, em nome da "credibilidade", deve ser feito em dois.

16. Nesse exato momento em que escrevemos essas linhas, porém, uma discretíssima manifestação desafina a retumbante sinfonia neo-liberal, trazendo um pequeno alento para aqueles que acreditam que a História está longe de ter um fim. No auditório da Cepal - Comissão Econômica para a América Latina - onde trabalhou durante o seu exílio chileno, FHC reconheceu, recentemente (fevereiro de 1995) "a arrogância, falta de sensibilidade, dimensão política e ausência de compreensão pelo FMI do que são nossas democracias, valores e crenças da nossa sociedade". Longe da retórica, no plano de suas ações concretas, o governo FHC, ao completar os seus primeiros cem dias, parece paralisado frente à desmontagem do seu "milagre" e cada vez mais cercado pelo desencanto dos que acreditaram na "realmania" como os holandeses do século XVII acreditaram na "tulipomania". O governo não consegue sair das "cordas", e reage apenas frente à uma agenda que vai se impondo a ele. E isso porque, se a crise mexicana lhe desnorteou o seu curto prazo ao desmontar as bases e perspectivas de seu programa de

estabilização, desenhado rigorosamente segundo o figurino do Consenso de Washington, a entropia do social-liberalismo espanhol destruiu a sua legitimidade social-democrata e, portanto, o seu horizonte "utópico" de longo prazo.

ÚLTIMOS TEXTOS PUBLICADOS

350. Hermann, Jennifer. Sistema de Pagamentos, Endogeneidade da Moeda e Papel do Banco Central. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995 (38 pág.)
349. SOTOMAYOR, Marilda. Mecanismos de admissão de candidatos a instituições; modelagem e análise à luz da teoria dos jogos. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995 (47 pág.)
348. OLIVEIRA, Adilson de. Innovation and energy conservation: electric motors in Brazil. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995 (44 pág.)
347. POSSAS, Mario Luiz. Política antitruste: enfoque shumpeteriano. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (40 pág.)
346. FAGUNDES, Jorge. Poder de compra do Estado e Competitividade; implicações para a política. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (46 pág.)
345. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Trabalho e proteção social: velhos problemas e novas estratégias no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (46 pág.)
344. CARVALHO, Fernando. Keynes's concepts of finance and funding, and the structure of the financial system. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (33 pág.).
343. FIORI, José Luis. A globalização e a "novíssima dependência". Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (30 pág.).
342. PRADO, Luiz Carlos Delorme. A CEPAL e o conceito de regionalismo aberto. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. 21 pág.);
341. PRADO, Luiz Carlos Delorme. MERCOSUL como opção estratégica de integração: dilemas e perspectivas. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (30 pág.).